



10 de Setembro de 2015

EM DIA

DE ONDE TIRAR R\$ 30,5 BILHÕES?



PEDRO DUTRA FONSECA
Professor Titular do Departamento de Economia
e Relações Internacionais da UFRGS

A decisão do Executivo Federal de enviar ao congresso o orçamento de 2016 com déficit foi uma jogada com riscos ao expor a incapacidade de encontrar solução para evitar a medida inusitada. O mercado reagiu com queda da bolsa e maior desvalorização do real, mas a crítica mais contundente veio dos próprios parlamentares, ultrajados e desconsolados. E por isso a leitura dos fatos deve ser mais política e menos técnica.

O ministro Joaquim Levy, ao que consta, queria evitar o ocorrido, mas o justificou com o argumento da transparência, retórica importante para se diferenciar do governo anterior, acusado de "criatividade contábil". Mas os defensores da proposta tinham lá suas razões. Em primeiro lugar, o orçamento deficitário inibe os parlamentares cuja vocação maior é aumentar despesas: sendo o mesmo alvo de críticas, como ao mesmo tempo criticar o déficit e propor mais gastos? Em segundo lugar, deve-se ter presente que para fechar as contas o governo também sofreria desgaste, pois teria que aumentar impostos e/ou cortar despesas.

Desgaste por desgaste, por que não compartilhar com os congressistas a decisão, pois, afinal, cabe a eles a aprovação do orçamento? E o ônus de quem não aprova é explicitar as razões e apontar alternativas. Qualquer marqueteiro mediano viraria o feitiço contra o feiticeiro.

Finalmente, há uma terceira razão, e mais forte: a decisão expõe uma regra do jogo viciada do presidencialismo brasileiro: decisões econômicas, com implicações nas políticas fiscais e monetárias, dependem de aprovação do Poder Legislativo - e até aí tudo bem, é o usual nas democracias. Todavia, e aqui está o problema, tal poder não se sente corresponsável por seus resultados. Ou seja: se a inflação sobe, o PIB cai e o desemprego aumenta, a culpa "é do governo", subentendase, do Executivo. Mas como assim, se os instrumentos para alcançar os resultados dependem do voto de maioria parlamentar? Pode alguém, com exceção dos incapazes, ser irresponsável por seus atos? O deputado Eduardo Cunha, talvez por isso, ficou furioso ao receber o orçamento deficitário. É porque ele trazia consigo uma batata quente.